



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008554-96.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Serviços Hospitalares**  
 Impetrante: **Antonio Luiz Merola**  
 Impetrado: **Secretária de Saúde do Município de São Carlos e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Antonio Luiz Merola impetra mandado de segurança contra o Secretário de Saúde da Prefeitura de São Carlos, sustentando que é portador de osteomielite crônica no fêmur esquerdo, necessitando submeter-se a uma osteotomia e segmentectomia ampla, com a substituição por prótese, pedindo, inclusive liminarmente, seja determinada à autoridade impetrada a realização de tais procedimentos.

Intimado a regularizar a petição inicial, por conta de o documento de fls. 15 estar ilegível, o impetrante silenciou.

Por tal razão, foi indeferida a liminar.

O impetrado apresentou informações.

O Município de São Carlos postulou seu ingresso no feito.

O Ministério Público apresentou parecer final.

É o relatório. Decido.

O impetrante não apresentou qualquer elemento de cognição, prova pré-constituída capaz de comprovar a necessidade do tratamento e fornecer outros subsídios que permitam afirmar a existência do direito alegado.

O documento de fls. 15, simples encaminhamento, não contém data ou qualquer outro dado concreto, além de ser quase que totalmente ilegível.

O eventual direito do impetrante não é líquido e certo, portanto denego a segurança.

Sem condenação em honorários, no writ.

P.I.

São Carlos, 10 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**